

Viver e deixar morrer
Biopolítica, risco e gestão das desigualdades
Live and Let Die
Biopolitics, risk management and inequalities

*Sandra Caponi**

Resumo

Tomando como ponto de partida os cursos ministrados por Michel Foucault no College de France entre os anos 1976 e 1979, o artigo propõe-se a explicitar a utilidade do conceito de Biopolítica para compreender os mecanismos e as estratégias discursivas sobre as quais se sustentam os processos de governo e gestão das populações que perpetuam a existência de desigualdades sociais injustas e multiplicam mecanismos securitários de antecipação de riscos. Analisa-se o modo como se vinculam os conceitos de “bios” e de “política” para, posteriormente, refletir sobre os dois eixos que podem ser considerados como articuladores da biopolítica na modernidade: o racismo nas sociedades colonialistas e totalitárias e a gestão de riscos nas sociedades liberais e neoliberais.

Palavras chave: biopolítica, risco, governo, populações, desigualdades

Abstract

Taking as starting point the courses offered by Michel Foucault at the College of France, between 1976 and 1979, the paper seeks to clarify the usefulness of the concept of Biopolitics for the understanding of mechanisms and discursive strategies that sustain government processes and management of populations that perpetuate unjust social inequalities and multiply mechanisms of risk anticipation. We analyze how the concepts of “bios” and “politics” are linked, for then reflect on the two axes that can be considered as articulators of biopolitics in modern society: colonialism and racism in totalitarian societies and risk management in liberal and neoliberal societies.

Keywords: biopolitics, risk, government, population, inequality

Resumen

Tomando como punto de partida los cursos dictados por Michel Foucault en el College de France entre los años 1976 y 1979, el trabajo se propone explicitar la utilidad del concepto de biopolítica para comprender los mecanismos y las estrategias discursivas sobre las que se sustentan los procesos de gobierno y gestión de las poblaciones que perpetúan la existencia de desigualdades sociales injustas y multiplican mecanismos aseguradores de anticipación de riesgos. Se analiza el modo como se vinculan los conceptos de “bios” y de “política” para, posteriormente, reflexionar sobre los dos ejes que pueden ser considerados como articuladores de la biopolítica en la modernidad: el racismo en las sociedades colonialistas y totalitarias y la gestión de riesgos en las sociedades liberales y neoliberales.

Palabras clave: biopolítica, riesgo, gobierno, poblaciones, desigualdades.

Meu objetivo aqui é tentar compreender a operatividade do conceito foucaultiano de biopolítica como auxílio para uma problematização crítica de nosso presente. Acredito que esse conceito pode resultar um instrumento eficaz para compreender de que modo operam esses processos de ges-

tão das populações que perpetuam a existência de iniquidades ou desigualdades sociais injustas ao mesmo tempo em que reforçam e multiplicam mecanismos securitários de antecipação e prevenção de riscos.

* Doutora em Filosofia (Unicamp), Pós-doutorados em Paris VII e na EHESS. Professora Associada IV do Departamento de Sociologia e Ciências políticas da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora de CNPq. sandracaponi@gmail.com

Lembremos que o conceito de 'biopolítica' foi enunciado pela primeira vez em uma conferência ministrada por Foucault, em 1974, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Essa palestra foi publicada em 1977 com o nome de *O nascimento da medicina social*. O texto aponta um deslocamento significativo nas estratégias de poder:

o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. (Foucault, 1989:82)

Poucos anos mais tarde, em 1976, esse conceito foi retomado e analisado no último capítulo de *A Vontade de saber* (1978) e posteriormente nos cursos ministrados no College de France *Em defesa da sociedade* (1997); *Segurança território e população* (2009) e o *Nascimento da biopolítica* (2004), onde desenvolve um estudo sobre a arte de governar no liberalismo e neo-liberalismo como condição de possibilidade de existência da biopolítica. A publicação dos cursos ministrados por Foucault desde 1971 até sua morte em 1984, ainda inacabada, contribuiu a despertar um renovado interesse por seu trabalho, e muito particularmente pelo conceito de biopolítica, multiplicando-se nos últimos anos os estudos dedicados a esse conceito não somente na França, mas também na Itália, nos Estados Unidos e na América Latina.

O conceito de Biopolítica

Foucault afirma que a fins do século XVIII e inícios do século XIX se produz uma transformação no modo de organizar e gerir o poder. A antiga potestade do soberano, seu direito sobre a vida e a morte dos súbditos, considerada como um de seus atributos fundamentais pela teoria jurídica clássica, deixará lugar a um novo modo de organizar as relações de poder. O velho *direito de deixar viver e de fazer morrer* próprio do soberano, será substituído pelo direito ou pelo poder de *fazer viver e deixar morrer*, configurando-se assim o domínio dos biopoderes referidos aos corpos e às populações. Todo ocorre como se o poder de

soberania descobrisse sua inoperância para lidar com os fenômenos próprios da nascente sociedade industrial: a explosão demográfica, os problemas de urbanização, os novos conflitos derivados da industrialização.

Esse poder de soberania sofrerá um primeiro processo de acomodação com as tecnologias disciplinares estudadas por Foucault em *Vigiar e Punir* (1979): estratégias que se dirigem aos corpos, e que estão destinadas a multiplicar sua força e sua capacidade de trabalho e a diminuir sua força política. Um segundo processo de acomodação surgirá algo mais tarde, fortalecendo-se ao longo do século XIX sem excluir ou substituir a tecnologia disciplinar, mas integrando-a e utilizando-a parcialmente para dirigir-se a um novo objeto: a população e seus processos biológicos e bio-sociológicos.

A nova tecnologia que será posta em prática se refere à multiplicidade de homens, não enquanto corpos individuais, mas na medida em que eles constituem uma massa global afetada por esses processos de conjunto que são próprios da vida, como os processos de nascimento, morte, reprodução, doenças, etc. (Foucault, 1997:216)

Temos assim, duas estratégias de poder que se sucedem: a primeira individualizante, a segunda massificadora, a primeira referida ao homem enquanto possuidor de um corpo, a segunda referida ao homem enquanto faz parte de uma espécie biológica, a espécie homem.

Essa nova tecnologia de poder demanda a construção de novos saberes sobre as populações: os registros e estatísticas referidas à proporção de nascimentos e mortes, às taxas de reprodução, de fecundidade, de longevidade. Um imenso conjunto de dados demográficos começará a ser coletado, inicialmente em nível local, para logo possibilitar comparações e estatísticas globais que serão centralizadas por organismos Estatais como os registros nacionais de estatística e demografia.

Os indicadores quantitativos, na medida em que são pensados como um fiel reflexo da realidade

econômica de um país, do poder de um Estado, ou do progresso dos povos, constituem a base privilegiada a partir da qual serão construídas estratégias concretas de intervenção sobre as populações.

Surgirão assim alguns espaços privilegiados de intervenção, dentre eles: as políticas de controle de natalidade; o controle das morbidades e endemias (que substituirá o temor pelas grandes epidemias vistas como ameaça desde a Idade Média); o estudo e o controle da extensão e duração das patologias prevalentes, pensadas como fatores que debilitam a força de trabalho e implicam custos econômicos para todos; as intervenções sobre a velhice, os acidentes, as doenças e anomalias que excluem os indivíduos do mercado de trabalho; a gestão das relações entre espécie humana e o meio externo, seja que se trate de problemas com o clima e a natureza (os pântanos, por exemplo), ou com o meio urbano. Nessas estratégias de intervenção se articulam diversos domínios do saber e da ação política. Por um lado, os conhecimentos elaborados pela higiene, a medicina social, a demografia e a estatística, por outro as estratégias de poder que adotam a forma de esquemas de regulação, gestão, assistência, controle de riscos e mecanismos de segurança (Foucault, 2009).

Desse modo, a biopolítica se constitui como uma tecnologia científica e política que se exerce sobre as populações entendidas como uma multiplicidade biológica, que se refere especificamente aos processos vitais, e que tem como preocupação imediata antecipar os riscos. Assim, esse conjunto de fenômenos que se apresentam como aleatórios e imprevisíveis, quando se analisam como fatos que afetam a um determinado indivíduo, aparecerão como constantes que é possível antecipar, quando são observados em perspectiva populacional.

Os estudos estatísticos permitirão analisar esses fenômenos em séries de curta ou longa duração e desse modo antecipar os riscos ou perigos ao qual essa população estaria submetida. Essas previsões e estimativas estatísticas referidas a fatos sociais (populacionais) e não a indivíduos, permitem criar mecanismos reguladores destinados a manter um estado de equilíbrio ou atingir a

média estatística desejada (baixar a mortalidade, alongar a vida, estimular a natalidade) (Foucault, 2004).

O objetivo último da biopolítica será instalar para cada risco ou perigo que possa vir a ocorrer, mecanismos de segurança que têm certas semelhanças e certas diferenças com os mecanismos disciplinares. Ambos propõem-se a aumentar e maximizar a vitalidade das populações, temos assim: “Uma tecnologia de poder sobre a população enquanto tal, sobre o homem como ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de fazer viver” (Foucault 1997, p. 220).

Assim e do mesmo modo que nas disciplinas se conjuga a maximização das forças produtivas com a diminuição da capacidade política, na biopolítica se conjuga a maximização da força e da vitalidade de determinadas populações com a exclusão ou o esquecimento de outras. Aquelas populações cujos indivíduos se mantêm fora do auxílio e da proteção estatal, aquelas cujos governos simplesmente “deixam morrer”, fato que se traduz na limitada expectativa de vida, hoje de 52 anos, existente em países como Uganda. Como tentaremos mostrar, Foucault considera que um elemento essencial para compreender essa duplicidade é o papel exercido pelo racismo (em suas diversas formas), considerado como eixo privilegiado de articulação das estratégias biopolíticas nos Estados totalitários e colonialistas. Veremos que esse eixo articulador se deslocará, mais tarde, para os dispositivos securitários, de prevenção de riscos, que de acordo a Foucault caracteriza a biopolítica nos Estados liberais e neoliberais.

O certo é que, analisar o surgimento dessas novas formas de maximização da vida que adota a biopolítica na contemporaneidade, e os modos de exclusão que ela implica, exige compreender de que modo se articulam os conceitos de “bios” e de “política” nessa tecnologia de poder. Centrarme-ei aqui a analisar o modo como se relacionam esses conceitos exclusivamente na biopolítica tal e como foi analisada por Foucault, deixando de lado as abordagens dos diversos autores que posteriormente tematizaram esse conceito.

O bios como objeto de saber

Ainda que nos Cursos do College de France, Foucault explore as diversas faces que adota a biopolítica na modernidade, não existe uma referência clara à noção de *vida* ou “bios”, sobre a qual se constrói e se articula esse conceito. Alguns autores, como Didier Fassin opinam que essa noção, que constitui o coração da biopolítica, não foi suficientemente explicitada por Foucault (Fassin, 2006). É verdade que nos cursos não existe nenhum momento dedicado a analisar exclusivamente essa noção, porém, para poder compreender a especificidade desse *bios* que antecede à *política* resulta necessário situá-lo em uma perspectiva mais ampla, lembrando que Foucault dedicou diversos textos e estudos à problematizar essa noção.

De fato a problemática da vida acompanha a Foucault desde seus primeiros escritos. Vemos reaparecer essa preocupação desde *O Nascimento da clínica* (1987) e *As Palavras e as coisas* (1983) até o último texto que envia para publicação pouco antes de sua morte, uma texto em homenagem a Georges Canguilhem denominado *A vida, a experiência e a sociedade* (1994).

A centralidade da noção de vida nos estudos biopolíticos, torna-se evidente na seguinte afirmação de Foucault:

Parece-me que um dos fenômenos fundamentais do século XIX tem sido o que poderíamos denominar uma invasão da vida pelo poder: ou se vocês desejam, um exercício de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma sorte de estatização do biológico, ou pelo menos uma certa tendência ao que se poderia denominar uma estatização do biológico. (Foucault, 1997:212)

Esse texto não só permite situar a noção vida como articuladora de novos domínios de saber e de intervenção, ele delimita claramente o alcance dessa noção. O poder não se refere aqui à vida cotidiana, nem ao nosso dia a dia, nem à vida como fato existencial, trata-se de uma clara identificação da vida com o domínio do biológico, trata-se da vida enquanto objeto de estudo da

biologia, da medicina, em fim desses saberes denominados, justamente, ciências da vida.

E é nesse contexto que devemos situar a tese central entorno à qual se articula o conceito de biopolítica. Isto é, a afirmação de que o fato determinante na construção das sociedades modernas é o processo pelo qual a vida passa a ser investida por cálculos explícitos e por estratégias de poder: o momento em que o biológico ingressa como elemento privilegiado no registro da política. Assim, *no Nascimento da biopolítica* afirma que seu objetivo é:

“entender de que modo a prática governamental tentou racionalizar os fenômenos colocados por um conjunto de seres vivos constituídos como uma população: problemas relativos à saúde, à higiene, à natalidade, à longevidade, a raças y outros”. (Foucault, 2005:27)

Para poder tematizar esse “*bios*”, entorno ao qual se estruturam as estratégias biopolíticas, será necessário fazer referência a um registro que é ao mesmo tempo científico e político, pois a vida se apresenta ao mesmo tempo como fato biológico e como objeto de intervenção e de poder.

Será necessário olhar para a construção de discursos e classificações científicas e, ao mesmo tempo, para as práticas concretas de intervenção que transformam a vida dos indivíduos e das populações. Certamente, para compreender essas redes de saber e essas tecnologias de poder referidas ao saber médico, à higiene, à medicina social e à psiquiatria deveremos lembrar o lugar de destaque que a figura de Georges Canguilhem tem no pensamento de Foucault.

Os estudos que Canguilhem dedica à medicina e à biologia, em particular sua crítica frontal ao modo como se estabelecem os parâmetros de normalidade e patologia nas ciências da vida pelo recurso a padrões estatísticos, não podem ser desconsiderados quando analisamos os alcances e limites da noção de “vida” entorno à qual se articula o conceito de biopolítica.

Canguilhem soube mostrar, com extrema clareza, a duplicidade constitutiva do conceito de normal. Por um lado, o normal define os valores de refe-

rência, as médias e as variações admissíveis para um determinado fenômeno biológico (seja a taxa de colesterol ou de suicídio), estabelecidas a partir dos valores estatisticamente mais frequentes. Por outro lado, trata-se de um conceito valorativo e normativo que define àquilo que deve ser considerado desejável em determinado momento e em determinada sociedade. Assim, é pelo recurso às normas e médias estatísticas que a medicina pode chegar a afirmar de que modo um fato biológico, uma função orgânica, um processo vital ou uma conduta, deve ou deveria ser.

O saber médico e a noção de norma, entorno à qual esse saber se constrói, são indispensáveis para compreender as estratégias biopolíticas: não somente porque permitem a articulação entre o conhecimento científico e as intervenções concretas, mas também porque é entorno da *norma* que podem ser criadas estratégias de poder que correspondem aos corpos dos indivíduos (as disciplinas) e aos processos biológicos da espécie (a biopolítica). Como afirma Foucault:

o elemento que circula do disciplinário ao regulador, que se aplica do mesmo modo aos corpos e às populações, que permite controlar a ordem disciplinar dos corpos e os eventos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento que circula de um a outro, é a norma (Foucault, 1997:225).

Assim, falar de um poder que se refere à vida significa afirmar que o homem enquanto espécie se transformou em objeto de tecnologias do saber e poder normalizadoras que permitem regularizar os fatos biológicos próprios das populações, tendo como marco de referência os parâmetros estabelecidos pelas ciências da vida.

A biopolítica como governo sobre a vida

A vida a qual se refere a biopolítica remete por um lado ao campo dos discursos biológicos, médicos e higiênicos, porém, ela se vincula também e de um modo peculiar ao campo do político. De fato, deveríamos dizer que quando Foucault fala de biopolítica não é realmente a política da vida o que está em questão, mas as práticas de gover-

no que se exercem sobre os corpos e as populações. A noção de vida situa-se no centro da cena, não só como objeto de tematização das ciências biológicas, mas também como um espaço privilegiado para garantir a governabilidade e a gestão das populações nas sociedades modernas.

O exercício da biopolítica supõe que, para poder governar as sociedades, basta reduzir a multiplicidade de circunstâncias próprias da condição humana a sua dimensão biológica, ao domínio do vital, a esse domínio que limita a pluralidade humana a sua identidade enquanto espécie. No entanto, e aqui se encontra a maior contradição inerente ao conceito de biopolítica, na medida em que o governo das populações opera exclusivamente sobre fatos biológicos, ele deverá deixar nas sombras, como já o antecipara Aristóteles, justamente a dimensão política da existência, nossa capacidade de reflexão e diálogo argumentativo, nossos vínculos sociais, nossos afetos, sonhos e pesadelos.

Lembremos que, não por acaso, é justamente por oposição à concepção aristotélica de 'homem' que Foucault pensa o exercício da biopolítica. Essa afirmação o levará a enunciar no último capítulo de "A Vontade de saber" uma frase que foi inúmeras vezes referenciada: "Por milênios o homem permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivente que, além disso, é capaz de existência política; o homem moderno é um animal em cuja política está em questão sua existência como ser vivo" (Foucault, 1978:184).

Dois anos mais tarde, em *Segurança, território e população*, Foucault explorará o alcance dessa afirmação quando se interroga pela oposição entre o exercício do governo sobre as populações e o exercício da política, então ele retornará a Grécia, analisará o texto *O político de Platão*, debaterá sobre o lugar que no mundo grego ocupava o poder do pastor e poder do rei (2009:185). Duas dimensões que pareciam ser perfeitamente diferenciáveis para Platão e para a filosofia grega em geral, duas dimensões que começarão a se sobrepor e a confundir a partir do século XVIII, momento em que o exercício da política se subordinará ao governo sobre a vida.

Assim é por referência à Grécia clássica, particularmente a Platão e Aristóteles, que é possível compreender a grande novidade que se produz no mundo moderno: a identificação entre o vital e o político. Uma novidade que será considerada fundamental, tanto para Foucault como para Hannah Arendt, para poder compreender o lugar peculiar e subordinado que a política ocupa, nas sociedades contemporâneas, em relação ao problema da gestão e administração das populações.

Se aceitamos a distinção entre vida e política estabelecida por Aristóteles, a qual se referem tanto Foucault quanto Arendt, deveremos afirmar que o conceito de biopolítica, que literalmente significa “política de ou sobre a vida”, implica uma contradição entre dois domínios irreduzíveis. Mais que uma política da vida, a biopolítica refere-se a um modo de gerir e administrar as populações. A vida que aqui está em jogo não é a de cidadãos com capacidade de diálogo e existência jurídica e política, mas sim a vida de populações reduzidas a corpo-espécie.

O paradoxo dos refugiados analisado por Arendt pode auxiliar a ilustrar com dura clareza o que implica a pura “vida” para aqueles aos que só resta seu reconhecimento como seres vivos, isto é, corpos sem existência política é sem direitos. Como afirma Arendt:

O conceito de direitos humanos, baseado na suposta existência de um ser humano em si, desmoronou-se no mesmo instante em que aqueles que diziam acreditar nele se confrontaram pela primeira vez com seres que haviam realmente perdido todas as outras qualidades e relações específicas – exceto que ainda eram humanos. O mundo não viu nada de sagrado na abstrata nudez de ser unicamente humano [...] Os sobreviventes dos campos de extermínio, os internados nos campos de concentração e de refugiados, e até os relativamente afortunados apátridas, puderam ver [...] que a nudez abstrata de serem unicamente humanos era o maior risco que corriam. (Arendt, 1990, p. 333)

Não é somente em relação a essas situações limites que as estratégias biopolíticas devem ser

tematizadas e questionadas. No momento em que o domínio da ética e da política é substituído e reduzido ao campo do biológico, a corpo-espécie, nossos padecimentos individuais e cotidianos, nossos vínculos sociais, passarão a estar mediatizados por intervenções terapêuticas ou preventivas, médicas ou psiquiátricas, interessadas em classificar todos os assuntos próprios da condição humana em termos de normalidade ou de patologia.

Partindo desse marco de análise podemos afirmar, em primeiro lugar, que a vida não é considerada pela biopolítica em um sentido coloquial ou vulgar. Pelo contrário, ela leva a carga epistemológica de uma vida objetivada pelos discursos, os modos de classificar, medir, intervir e avaliar próprios das ciências biológicas e médicas, construídos entorno à oposição normal-patológico. Por essa razão a medicina, a higiene e a saúde pública, ocupam um lugar privilegiado nas sociedades modernas, possibilitando a articulação entre um saber sobre o biológico e as intervenções governamentais sobre indivíduos e populações.

Em segundo lugar pode-se afirmar que a vida a qual se refere a biopolítica não é um complemento da política mas seu oposto, aquilo que anula e nega a política. De modo que a biopolítica não pode entender-se em sentido literal, como sendo uma “política da vida”. Em sentido estrito, a biopolítica deveria traduzir-se como: “governo sobre a vida”. Lembremos que já em *Segurança, território e população* Foucault começará a distanciar-se do conceito de biopolítica e a substituí-lo pelo conceito de “governamentalidade”. Analisará assim, a partir da aula do dia 8 de fevereiro de 1978, uma variedade de estratégias de governo e gestão sobre as populações que inclui, mas já não se reduz ao governo sobre o corpo-espécie que, como ocorre no caso das estratégias biopolíticas, precisa da mediação de saberes estatísticos, médicos e psiquiátricos.

Em esse contexto entendo que a biopolítica deve ser pensada como um modo de “gestão” ou de “governo sobre a vida” que se opera sobre o corpo-espécie, a partir de uma perspectiva populacional que está sustentada na lógica médico-estatística de hierarquização e partição entre o normal e o patológico. É nessa lógica, de sobre-

posição do vital ao político, que é possível compreender as desigualdades entre populações, a hierarquização de populações consideradas mais ou menos saudáveis, a exclusão de grupos humanos, o estabelecimento de rangos e hierarquias entre o que se consideram como sendo boas e más raças.

Será justamente a temática das raças e sua vinculação com a sexualidade, o que centrará a atenção de Foucault na análise que dedica à biopolítica no último capítulo da *A vontade de saber* e no curso *Em defesa da sociedade*, o primeiro publicado e o segundo ministrado no mesmo ano de 1976.

Biopolítica e racismo

No curso *Em defesa da Sociedade*, Foucault explora as alianças entre a constituição dos estados modernos e a biopolítica, destacando o lugar estratégico ocupado pelas empresas colonialista e pelas tecnologias de governo destinadas aos povos colonizados. Dirá que, para que a biopolítica possa exercer uma relação positiva com a vida, para que ela possa construir técnicas de governo destinadas a maximizar e aumentar a força e o equilíbrio das populações, as sociedades modernas aceitaram conviver, de modo explícito ou implícito, com sua negação: a exclusão ou a morte de tudo aquilo que possa aparecer como uma ameaça, ou como uma fonte de degradação da vida.

Foucault falará de um poder de morte ou de estratégias que se validam num processo de regularização por exclusão. A aceitação dessas estratégias ocorre como resultado de uma partição que foi operada no campo do biológico pelo racismo. O racismo deve entender-se em sentido amplo e não literal, não se limita a distinção de raças, mas que se refere a uma verdadeira hierarquização biológica pela qual se instalam vínculos de exclusão, de negação e até de aversão, entre grupos humanos (Foucault, 1999).

O racismo se configura, assim, como condição para que os Estados modernos legitimem suas intervenções biopolíticas caracterizadas como “poder de morte”. Isto é, permite tanto o exercício direto de esse poder, como ocorreu com as guer-

ras colonialistas, quanto seu exercício indireto, como quando indivíduos considerados biologicamente inferiores foram excluídos ou expostos à morte nas mais diversas circunstâncias, desde os controles de natalidade à exposição a múltiplos riscos evitáveis. Em esses casos, o problema colocado pela biopolítica não era vencer um adversário político, não se tratava de disputas entre sujeitos de direito, tratava-se da exclusão de indivíduos que representavam um perigo biológico, uma ameaça para garantir o objetivo de maximizar a vida, garantir a longevidade e aumentar a vitalidade das populações.

De acordo a Foucault, o racismo constitui um marco essencial para compreender as estratégias de exclusão e morte edificadas nos séculos XVIII e XIX pelos nascentes Estados modernos. Nesse momento os discursos racistas pareciam estar validados e legitimados por uma proliferação de novos saberes considerados científicos, particularmente aqueles saberes provenientes do campo da medicina, da biologia e da criminologia que, na última metade do século XIX, se transformaram em referência inquestionável para as intervenções dos médicos e higienistas. Mas também pelo discurso das ciências sociais que no século XIX parecia estar obsecado pela hierarquização das raças.

O racismo é o que possibilita que seja realizada uma partição entre aquilo que deve ser eliminado e aquilo que deve ser maximizado. Permite construir um modo peculiar de estabelecer uma relação positiva com a vida que adota a forma de: “quanto mais tu deixes morrer, e por causa de esse mesmo fato, mais e melhor tu poderás viver, ou, para que tu vivas será preciso deixar morrer” (Foucault, 1997). Foucault entende que essa partição operada no campo do biológico pelo racismo entendido como um fenômeno social amplo, não limitado à distinção de raças, mas referido a uma verdadeira hierarquização biológica de grupos humanos foi possibilitada pelas teorias vinculadas, por um lado ao evolucionismo spenseriano e por outro aos processos colonialistas.

Só nessa perspectiva tornou-se possível criar estratégias estatais ou paraestatais perpassadas por uma lógica que induzia a aceitação da morte ou da exclusão daqueles considerados como má

raça ou como raça inferior. Só nesse contexto biopolítico foi possível imaginar a difusão, aplicação e aceitação desses controles eugênicos que por décadas foram destinados a impedir reprodução de certas raças e de certos indivíduos considerados como anormais, degenerados ou doentes mentais. Se essas ações foram aceitas de modo quase generalizado no século XIX e parte do século XX, nos regimes colonialistas e em certos Estados conservadores e totalitários, é porque se acreditava que, de esse modo, seria possível garantir que a vida em geral poderia passar a ser mais saudável e mais pura. A lógica da biopolítica afirma que:

Mais as espécies inferiores tendem a desaparecer, mais os indivíduos anormais são eliminados, menos degenerados existirão em relação à espécie e mais “eu” (não enquanto indivíduo mas enquanto espécie) poderei viver, mais eu serei vigoroso e mais poderei proliferar. (Foucault, 1997:229).

O racismo, com as hierarquias que o evolucionismo social estabelece e que foram apropriadas pelos discursos médico, psiquiátrico e criminológico, permitiu dotar de legitimidade científica e política a esse poder de morte que, ao longo do século XIX, perpassou as relações entre a metrópole e as colônias, as guerras, a identificação de criminosos e os controles eugênicos sobre a reprodução.

Desse modo, *Em defesa da sociedade*, conjuntamente com o último capítulo de *A Vontade de Saber*, ambos de 1976, representam, a meu ver, os textos onde Foucault expõe seus argumentos sobre o conceito de biopolítica de modo mais radical e combativo. Esses textos referem-se às consequências extremas às que pode conduzir a estratégia biopolítica de subordinação do político ao biológico, tal e como efetivamente ocorreu nos Estados totalitários e colonialistas. Evidenciam o que pode vir a acontecer quando a política se reduz ao governo e a gestão das populações, entendidas como um conjunto de seres vivos suscetíveis de ser classificados e hierarquizados de acordo a uma lógica que supõe a existência de características biológicas e médicas superiores e inferiores, normais e desviadas.

A biopolítica e a gestão dos riscos

Dois anos mais tarde, no curso do College de France denominado *Segurança, território e população*, que terá início no dia 11 de janeiro de 1978, Foucault revisará a tese segundo a qual a biopolítica estaria diretamente associada a estratégias racistas e eugênicas como ele afirmara no curso ministrado em 1976. A partir desse momento é possível observar uma significativa transformação no modo como Foucault irá a problematizar os alcances e implicações do conceito de biopolítica na sociedade contemporânea. No curso de 1978, insistirá em distanciar a problemática da biopolítica do modo de governar nos estados totalitários. Seguindo a trilha do que já tinha sido enunciado na aula do dia 17 de março de *Em Defesa da sociedade*, reafirmará que o racismo de estado, o nazismo, e as diferentes formas de exercício de poder totalitário sobre as populações, devem ser consideradas como a manifestação paroxística, extrema e menos significativa de exercício do biopoder.

É verdade que hoje, já não parece legítimo falar de discursos científicos ou de estratégias de poder construídas entorno ao eixo do racismo. Ainda que, em muitos casos, os discursos racistas perduram e se multiplicam (problemas derivados dos fluxos migratórios, da xenofobia e da intolerância racial em diferentes países do mundo), o racismo está explicitamente excluído dos saberes aceitos, tanto pela comunidade acadêmica como pelas políticas de gestão das populações.

Nesse contexto, a questão que eu gostaria de explorar aqui será a seguinte: que ocupa o lugar do racismo, enquanto eixo articulador da biopolítica nas sociedades contemporâneas?

É verdade que as sociedades liberais e neoliberais parecem estar perpassadas pela lógica da biopolítica, porém, hoje proliferam novos discursos e novos saberes construídos entorno ao eixo do normal-patológico, que deslocam ou substituem o problema do racismo problematizado por Foucault no curso de 1976. Novos discursos e novas certezas se instalam no campo das ciências da vida, possibilitando intervenções sobre as populações que se edificam agora sobre as promessas de um saber médico e psiquiátrico todo po-

deroso, que se apresenta como sendo capaz de antecipar os riscos, de evitar a dor e de garantir uma vida sem sofrimentos.

Todo parece indicar que, como afirma Foucault em *Segurança, território e população*, as sociedades liberais e neoliberais estarão menos interessadas no melhoramento ou a hierarquização de raças que em antecipar e prevenir todas as formas possíveis de perigo. E será entorno à ideia de risco, entendida como quantificação probabilística de todo aquilo que pode vir a representar um perigo ou ameaça para a vida das populações, que se articulará esse curso. Mas precisamente, entorno ao eixo segurança- prevenção- risco.

Foucault aponta uma série de elementos presentes na construção dos dispositivos de segurança, dentre eles: realizar, pela mediação das estatísticas, cálculos diferenciais de risco por idade, sexo, profissão, etc.; estabelecer diferentes curvas de normalidade; calcular os desvios e criar estratégias de normalização; definir populações de risco e comparar padrões de morbidade e mortalidade; criar intervenções preventivas, capazes de reduzir os indicadores de morbidade, de reduzir os desvios e de antecipar os riscos. (Foucault, 2009)

Afirmará que os dispositivos de segurança permitem tratar à população como um conjunto de seres vivos que possuem rasgos biológicos e patológicos particulares, que correspondem a saberes e técnicas específicas. Para administrar essa população serão criadas políticas de diminuição da mortalidade infantil, prevenção de epidemias e endemias, intervenção nas condições de vida com o fim de modificá-las e de impor normas de alimentação, moradia, urbanização, etc.

Porem, Foucault dará um passo a mais, ele dirá que o dispositivo risco-segurança é o modo de exercício do poder próprio do liberalismo. Trata-se de ações que não são impostas por um soberano autoritário, mas que fazem parte da lógica própria do *"laissez-faire"* e do *Homo economicus*, pois: "A liberdade é o correlato necessário dos mecanismos de risco-segurança" (Foucault, 2009: 63).

Essa questão será retomada um ano mais tarde, quando no curso do Collège de France do ano

1978-1979, denominado O Nascimento da biopolítica, Foucault se pergunta:

em um sistema que diz preocupar-se pelo respeito aos sujeitos de direito e pela liberdade de iniciativa dos indivíduos, de que modo os fenômenos referidos à população, com seus efeitos e problemas específicos (saúde, higiene, mortalidade, loucura ou delinquência) podem ser administrados? (Foucault, 2004:324).

Em nome de que, e segundo que regras podem ser geridas as populações nos Estados liberais? A resposta de Foucault a estas perguntas será: em nome da segurança. Já não se trata de impor normas ou de exigir obediência como nos Estados totalitários.

Nas sociedades liberais os Estados se vinculam com a população pela mediação de um "pacto de segurança". Isto supõe que, por um lado surge o compromisso de intervir na antecipação de tudo aquilo que possa representar acidente, dano o risco, e por outro lado esse compromisso os autoriza a realizar intervenções extralegis no momento em que se considere necessário. Desse modo, intervenções que vão desde a simples proibição de fumar até os grampos nos celulares, passando pela detecção de patologias mentais na infância, já não serão vistas como excesso de poder, mas sim como excesso de preocupação e de proteção dos Estados.

A diferença dos Estados totalitários os dispositivos de segurança aceitam comportamentos variados e diferentes, não são necessariamente impositivos, mas sim reguladores. De modo que os pequenos desvios poderão ser aceitáveis sempre que se mantenham dentro de certo marco e sempre que se eliminem comportamentos considerados perigosos.

Se os Estados liberais toleram uma margem de manobra e um pluralismo infinitamente maior que nos totalitarismos, é porque, como afirma Foucault, no dispositivo de segurança "trata-se de um poder muito mais sutil e mais hábil que no totalitarismo"(Foucault, 2009:52).

O Estado liberal parte de uma certeza: a de que *Homo economicus* será capaz de cálculo racio-

nal, que ele saberá evitar os perigos e antecipar os riscos se estiver devidamente informado. (Doron, 2007:2). De maneira sutil e pela mediação de diversas estratégias (comunicativas, médicas, estatísticas, psiquiátricas) nas sociedades liberais e ainda mais nas sociedades neoliberais onde o Estado de proteção foi desarticulado, o controle dos riscos passou a ser, pouco a pouco, uma responsabilidade de cada um de nós. Saber antecipar os riscos, estar devidamente informado e agir de acordo às exigências impostas pelos últimos estudos epidemiológicos e médicos, se impõe como um dever moral a todos nós e de maneira idêntica. Pois, os riscos e os dispositivos de segurança reduzem a pluralidade humana a um conjunto de funções vitais interessadas exclusivamente na proteção da vida e no prolongamento da espécie.

Se o dispositivo de segurança pode articular-se com o modo liberal de governar, isso ocorre porque este tipo de gestão biopolítica das populações se baseia na confiança absoluta na difusão de informações que se apresentam como neutras e objetivas, e que sutilmente somos levados a aceitar e a integrar a nossas vidas. A divulgação de estudos epidemiológicos contraditórios referidos, por exemplo, a supostas correlações entre a dificuldade de manter a atenção em aula e a alteração de certos neurotransmissores, ou entre consumo de certas drogas e psicoses, os dados que indicam a existência de taxas alarmantes de suicídio, criminalidade e depressão, fazem parte dessa lógica securitária (Caponi, 2012).

O certo é que a chamada “sociedade do risco” instala o medo como mecanismo de interação social, condenando-nos a ampliar, reforçar e recriar indefinidamente novos dispositivos de segurança e de antecipação de riscos. Foucault enuncia, já nos anos 70, o que se tornou evidente para todos depois do atentado às torres gêmeas do dia 11 de setembro de 2001: que a segurança é um dispositivo que pode colocar-se por cima da lei. O medo aos atentados terroristas permite reforçar ainda mais a lógica securitária, pois perante a sensação de des-proteção que se espalha, se demandará ao Estado que cumpra com o pacto de segurança a qualquer preço, ainda que para isso seja neces-

sário passar por cima das estruturas jurídicas e das liberdades elementares.

Responsabilização, culpabilização e obrigação, quase moral, de antecipar os riscos, de não adoecer, de procurar valores tais como a saúde ou a juventude eterna, apresentados sob a forma de um pseudo “cuidado de si” impositivo, representam, segundo entendo, os novos desafios biopolíticos que caracterizam a nossa modernidade.

A modo de conclusão

A biopolítica exige a construção de um campo de saber referido às populações que deve fazer uso de instrumentos quantitativos e de estudos demográficos a partir dos quais serão definidas as taxas de mortalidade e natalidade existentes e desejáveis, o número de crimes, de suicídios, de alcoolismo e de loucura.

Esse conjunto de dados permite instalar uma lógica securitária que se apresenta como capaz de antecipar todos os perigos, situando a problemática do risco como elemento articulador da biopolítica das populações na sociedade contemporânea. O dispositivo risco-segurança, na medida em que aparece como o modo privilegiado de antecipar um perigo possível (real ou imaginado) sobre a vida, garante a legitimidade e aceitabilidade do governo das populações, substituindo ou sobrepondo-se ao papel articulador que ocupava o racismo nas estratégias biopolíticas que caracterizavam os Estados colonialistas e totalitários do século XIX e inícios do século XX.

No entanto, seja pelos processos crescentes de privatização da saúde, ou como consequência de demandas sociais recorrentes, o cuidado com a saúde e a antecipação dos riscos parece ter ficado, nas sociedades liberais e neoliberais, quase que literalmente em nossas mãos. Nessa lógica securitária sempre somos culpáveis por nossas doenças, por não ter sabido antecipar corretamente os riscos, ou como diária Canguilhem: “por excesso ou por omissão” (Canguilhem, 1990b).

Responsabilização, culpabilização e obrigação, quase moral, de antecipar os riscos, de não adoecer, de procurar valores tais como a beleza ou a juventude eterna, apresentados sob a forma de

um contraditório “cuidado de si” impositivo, representam os novos desafios biopolíticos que aparecem em nossa modernidade. Corpos que devem ser permanentemente maximizados e melhorados, apresentam-se como o objetivo último para os indivíduos e para as populações.

O certo é que, esse corpo que se pretende maximizar por estratégias biopolíticas, convive com formas de exclusão que não diferem demasiado daquelas, identificadas por Foucault como próprias dos Estados colonialistas, no curso *Em defesa da Sociedade*. Vidas expostas a riscos extremos que não cabe a elas administrar, vidas excluídas, vidas descartadas. São muitos os casos em que vemos repetir-se hoje, como nos estados colonialistas, estratégias de poder que supõem a redução de indivíduos e populações a sua dimensão puramente biológica, a estratégias de gestão que parecem responder à lógica de “deixar morrer”.

O certo é que, falar de biopolítica hoje exige olhar para dois processos em aparência contraditórios, mas que fazem parte de uma mesma lógica: a de fazer viver e deixar morrer. Por um lado, a obsessão pela saúde perfeita, pela maximização da vida, utopia inatingível que, no entanto, regula o dia a dia dos sujeitos, e que encontra no saber médico, particularmente no discurso do risco uma fonte inesgotável de estratégias hiperpreventivas (Castiel, 2007) e securitárias. Por outro, a persistência de vidas vulneráveis, expostas permanentemente a riscos evitáveis, populações consideradas como pura existência biológica excluídas do mundo político de direitos e deveres. Essas populações já não são objeto dos discursos médicos, nem alvo das políticas de antecipação de riscos, mas sim objeto de intervenções e ajudas humanitárias que encontram nos refugiados, ou nas populações afetadas por processos biológicos como a fome ou as epidemias, um campo inesgotável de intervenções piedosas.

Bibliografia

- ARENDT H., 1993, *La Condición Humana*, Siglo XXI, México.
- CAPONI S., 2000, *Da Compaixão à solidariedade: uma genealogia da assistência médica*, Ed. Fiocruz, Rio de Janeiro.
- _____, 2012, *Loucos e Degenerados: uma genealogia da psiquiatria ampliada*, Ed. Fiocruz, Rio de Janeiro.
- CANGUILHEM G., 1990b, *La Santé, Concept Vulgaire & Question Philosophique*, Ed. Sables, Paris.
- _____, 1990a, *O normal e o patológico*, Forense Universitária, Rio de Janeiro.
- CASTIEL L., 2007, *A Saúde Persecutória e os limites da responsabilidade*, Ed. Fiocruz, Rio de Janeiro.
- DORON C.O., 2007, *Biopolitique et prevention de risques*, en *Politique de Santé, prevention, normes et disciplines des corps*, Musée des Beaux-Arts, Caen.
- FASSIN D., 2006, *Le gouvernement des corps*, Editions de l'école des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris.
- FOUCAULT M., 1978, *Historia de la Sexualidad I: la voluntad de saber*, Siglo XXI, México.
- _____, 1979, *Vigilar y Castigar*, Siglo XXI, México.
- _____, 1983, *Las Palabras y las Cosas*, Siglo XXI, México.
- _____, 1987, *El Nacimiento de la Clínica*, Siglo XXI, México.
- _____, 1997, *Il Faut Défendre la Société*, Gallimard, Paris.
- _____, 1999, *Les Anormaux*, Gallimard, Paris.
- _____, 2009, *Segurança, territorio e população*, Martin Fontes, São Paulo.
- _____, 2004, *Naissance de la Biopolitique*, Gallimard, Paris.
- _____, 1994, *La vie: l'expérience et la science*. Em *Dits et écrits*, Gallimard, Paris.

Entregado 20 – 11 - 2014

Aprobado 2 – 12 - 2014